

O bem-estar com êxitos de ensinar-aprender: um princípio para todos os planos estratégicos para permanência escolar na rede federal de educação

Well-being with successes of teaching-learning: a principle for all the strategic plans for permanence in the federal education system

GERSON TAVARES DO CARMO

HEISE AIRES ARÉAS

ROZANA QUINTANILHA GOMES SOUZA

RESUMO

Este artigo comemorativo contém a apresentação de uma construção acadêmica coletiva, cuja origem remonta à tese de doutorado do primeiro autor deste artigo na primeira turma do Programa de Sociologia Política, iniciada em 2007. De forma interdisciplinar e colaborativa, este trabalho circunscreve reflexões em torno da emersão da temática permanência e êxito como eixo estruturante para se pensar, agir e escrever sobre a qualidade na educação. Toma por base empírica os trabalhos

do Núcleo de Estudos sobre o Acesso e Permanência na Educação (Nucleape), no âmbito de uma parceria entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense¹ (IFF). Destaca o princípio do “bem-estar” — isto é, da evidência sensível no transcorrer de um êxito de ensinar-aprender — no processo de implementação da política “Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes na Rede Federal de Educação Profissional”. Como resultado, apresenta a publicização da temática da permanência, ainda na penumbra do excesso de publicações sobre a evasão escolar, como proposição mais assertiva e qualificada para se assegurar o direito à educação de qualidade, no cotidiano de uma dada instituição educacional.

Palavras-chave: Permanência e êxito na educação, Rede Federal de Educação, Plano Estratégico.

ABSTRACT

This commemorative paper includes the presentation of a collective academic construction, whose origin goes back to the doctoral thesis of the first author of this paper who belonged to the first group who graduated from the Program of Political Sociology, begun in 2007. In an interdisciplinary and collaborative way, this work circumscribes reflections around the emergence of the retention and success theme as a structuring axis for thinking, acting and writing about quality in education. It is empirically based upon work of the Nucleus of Studies on Access and Retention in Education (Nucleape), within a partnership between the State University of Northern Rio de Janeiro state Darcy Ribeiro (Uenf) and the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro state (IFF). It points out the principle of "well-being" – that is, of the sensitive evidence in the course of a successful teaching-learning – in the process of implementing the policy "Strategic Plans for Student Retention and Success in the Federal Network of Vocational Education". As a result, it presents the publicizing of the theme of retention, still in the penumbra of the excess of publications on school dropout, as a more assertive and qualified proposition to ensure the right to quality education, in the daily life of an educational institution.

Key words: Retention and success in education, Federal Network of Education, Strategic Plan.

INTRODUÇÃO

O artigo conforma duas seções, a saber: a) Da inquietação — explicitação de uma intuição que vislumbra o objeto de pesquisa “evasão escolar” superado e mergulhado em estado

¹ O Nucleape foi criado, em 11/12/2014, a partir de um convênio entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) para a implementação do projeto “Diagnóstico da Qualidade de Ensino do Proeja: um estudo na região Norte e Noroeste Fluminense com foco nos aspectos formativos e metodológicos” – de 01/03/2013 a 28/02/2017 – em referência ao Edital N° 49/2012 da Capes/ Observatório da Educação (Obeduc). Posteriormente, o Termo Aditivo N° 02/2015 ao Convênio N° 01/2015 renovou a parceria entre o IFF, como *locus* de pesquisa, e a Uenf como instituição pesquisadora.

de saturação, deixando em sua esteira um “vácuo” cognitivo para a emergência do objeto permanência na educação, no interior das instituições educacionais e de pesquisa; b) Da construção coletiva - narrativa da emersão da política dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito na Rede Federal como “janela de oportunidade” e iniciativa de construção coletiva de “um princípio para todos os Planos” como no anúncio (publicização) da permanência como problema público.

1 – DA INQUIETAÇÃO

No Brasil, as publicações sobre evasão e termos correlatos² no título podem ser contadas aos milhares. Por exemplo, Bragança (2008, p. 21) realizou um estado da arte sobre publicações com essa temática, no período de 1996 a 2007, cuja “meta de mil artigos foi pensada pelo grupo de pesquisa como sendo um número razoável e representativo da produção sobre o assunto, considerando o período de tempo de dez anos aproximadamente”. Entretanto, nosso catálogo de estudos sobre permanência registra apenas 13 publicações encontradas nesse mesmo período. Ou seja, nesse período, considerando os dados indicados, havia 77 vezes mais publicações sobre evasão do que sobre permanência. De modo geral, tais publicações se apresentam de três formas básicas: 1- estratégias para combater e/ou reduzir a evasão; 2- diagnósticos e explicações sobre motivos e causas da evasão; 3- estados da arte de pesquisas sobre a evasão/fracasso escolar (CARMO; CARMO, 2014).

Ao contrário, no Brasil, ainda são invisíveis as publicações cuja expressão permanência escolar (e correlatos) se encontra no título, no resumo ou nas palavras-chave. No período de janeiro de 1996 a dezembro de 2016, em qualquer modalidade de educação ou nível, foram encontradas 123 publicações³, das quais o maior percentual (41%) se refere à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou programas afins.

Um dos destaques nesse estudo bibliográfico é que houve um crescente uso da expressão *permanência escolar* para representar uma ruptura em relação ao discurso sobre a evasão escolar. Além disso, há o fato de que 86% das publicações sobre *permanência escolar* estavam concentradas em nove anos (2008 a 2016) — em relação a 14%, nos doze anos anteriores (1996 a 2007).

² Conceitos correlatos ao fracasso escolar: repetência, evasão, distorção idade/série, ciclos e promoção automática (BRAGANÇA, 2008, p. 53).

³ Catálogo de publicações nacionais sobre permanência na educação, atualizado a cada semestre por membros do Nucleape.

Essa ruptura com o discurso sobre a evasão parece necessária aos pesquisadores com o objetivo de fazer algo diferente ou contrário ao que vem sendo pesquisado na escola, um discurso que não leva a nada e que, por isso, pode ser “trocado” por outro mais “otimista”.

Por exemplo, Noro e Oliveira (2011, p. 24), em sua pesquisa no Curso Proeja - Técnico em Administração, no *campus* Sapucaia do Sul do IFSUL Rio-Grandense, faz uma opção por um *foco* otimista, destacando o termo com aspas:

No primeiro ano de implantação de nosso curso Proeja surgem muitas inquietações relacionadas ao alto índice de evasão de alunos, sendo que começamos a refletir em conjunto sobre suas possíveis causas e a relação da evasão com a forma de acesso ao curso. Mas como pretendia realizar uma pesquisa “otimista”, preferi focalizar minha pesquisa na permanência, isto é, parodiando Jaqueline Moll (2010, p. 135), nos estudantes que “entram, permanecem e aprendem” [grifo nosso].

No próximo exemplo, Lenskij (2006, p. 16) escolhe o termo metamorfose para simbolizar a mudança que ocorreu em suas preocupações sobre a evasão escolar:

Agora, como aluna do Mestrado em Educação, ao reler os [meus] escritos anteriores à luz de um contexto político nacional e internacional de luta pela proteção dos direitos humanos, e ações afirmativas do direito à educação, minhas preocupações anteriores se metamorfosearam. De dados estatísticos que demonstravam a exclusão na escola, minha preocupação se deslocou para questões relativas ao direito à permanência na escola [...]. Da investigação sobre a evasão — da ordem do quantitativo, como expressão da exclusão escolar e social — passei para a outra ponta desta dualidade, a permanência na escola, com a intenção de conhecer as estratégias utilizadas pelos operadores do ensino para cumprir o princípio constitucional do direito à educação [grifo nosso].

Conforme Carmo e Carmo (2014, p. 16), dentre as poucas publicações encontradas sobre permanência, de modo geral, estas se propõem a: 1- anunciar, de forma direta, a escolha de outro caminho, justificando-a de formas variadas, mas a partir da negação do caminho existente; 2- constituir nichos de sentido, como maneira de delimitar domínios de práticas pedagógicas e de gestão sobre permanência escolar; 3- perceber que o direito à educação de qualidade é um referente que corresponde e se adapta melhor à expressão “garantir a permanência” do que àquela que diz “reduzir a evasão”.

A partir da constatação dessa significativa diferença quantitativa e qualitativa, indagamos: por que há tão poucos estudos sobre a *permanência escolar*, se desde a LDBEN N° 9.394, de 1996, em seu Art. 3° Inciso I, ela está legitimada institucionalmente pelo “princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”? E, na direção contrária, por que tantos

trabalhos popularizaram a expressão “acesso e permanência na escola” como se fosse uma palavra composta de significado único, sem dar visibilidade especificamente à *permanência*? E, finalmente, por que a visibilidade dessa expressão — permanência escolar — não interessou à Academia por mais de duas décadas, após 1996⁴, e a da evasão escolar sim, se esta última não consta em qualquer artigo da LDBEN vigente?

Podem-se também fazer inferências sobre a política pública que se propõe à extensão da escolaridade obrigatória, assim como à redução das desigualdades escolares, perguntando: se assim é, por que o problema público concentra-se, justamente, na questão do abandono escolar ou da evasão escolar, “na denúncia de uma escolarização que exclui, mas sem ter como contrapartida uma reflexão profunda e continuada sobre o que fazer para acelerar a inclusão, suscitando debates e discussões públicas neste sentido?” (RESENDE, 2015).

Vincent Tinto é taxativo ao lançar dúvidas sobre a legitimidade de considerar a evasão escolar como objeto de pesquisa capaz de enfrentar o problema do esvaziamento das salas de aula, quando afirma que:

Evadir não é a imagem espelhada de permanecer. Saber por que os alunos saem não nos diz, pelo menos não diretamente, por que os estudantes persistem. Saber por que o aluno sai não diz às instituições, pelo menos não diretamente, o que elas podem fazer para ajudar os alunos a ficar e ter sucesso. No mundo da ação, o que importa não são as nossas teorias em si, mas como essas teorias ajudam as instituições a implementarem questões práticas de persistência. Infelizmente, as teorias atuais de abandono estudantil não são bem adaptadas a essa tarefa. Isso explica, por exemplo, o fato de que as teorias atuais de abandono/evasão estudantil normalmente utilizam abstrações e variáveis que são, por um lado, muitas vezes difíceis de operacionalizar e traduzir em formas de prática institucional e, por outro, focam em assuntos que não estão diretamente sob a influência imediata das instituições (TINTO, 2006, p. 6).

Como é possível observar, o pesquisador questiona o caráter explicativo das pesquisas que tratam da evasão escolar. Argumenta que discutir e compreender — do ponto de vista prático — as situações que implicam as decisões de saída dos estudantes pouco contribuem no planejamento e implantação de ações institucionais.

Desse modo, intuímos academicamente que este movimento crescente envolve uma inquietação coletiva quanto à retomada do sentido existencial da instituição educacional que passa a enfatizar a permanência e o êxito como política. Por um lado porque o objeto evasão escolar

⁴ Ano da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394.

está saturado e por outro porque, talvez, nunca possuiu força conceitual suficiente para resolver o problema a que se propõe. Fato é que, a partir de 2005, empiricamente é possível observar um enigma que se insurge no meio acadêmico brasileiro: o crescente número de publicações que destacam a expressão “permanência escolar” — no título, nas palavras-chave e no resumo — embora em quantidade ainda incipiente em relação ao número de pesquisas sobre a evasão escolar.

Concordando com a opção de Paiva (2016), reforçamos nossa intuição de apostar na saturação e superação da evasão como objeto de pesquisa:

[...] esta me parece a questão central, esgotadas as tentativas de entender a evasão como desafio às políticas públicas. Tal como Freire (1992), opto por deslocar-me da denúncia do que aparenta ser fracasso de estudantes brasileiros em uma escolarização que exclui, para o anúncio de que a contrapartida começa a se desenhar nas ciências humanas e sociais, ao se promoverem reflexões profundas e continuadas sobre o que se vem fazendo em matéria de inclusão escolar, atentos às soluções cotidianas e aos inventivos modos de fazer uma escola pública e popular, acelerando processos pela proposição de debates e de discussões públicas (PAIVA, 2016, p. 113).

Apoiados em Paiva (2016) e Resende (2016) acreditamos que, nesse processo de descobertas construídas coletivamente, ainda cabe suspeitar de que a permanência seja uma “agenda bem mais rica”⁵ do que a evasão para catalisar adesões em torno da implementação de uma política pública. Tal suspeita se dá por meio de uma nova pista, que pergunta: supondo que a escolarização pública, no Brasil, não promove a inclusão nem a permanência na escola, por que consegue promover o constante desejo de reiterado ingresso ou retorno a essa escola?

2. DA CONSTRUÇÃO COLETIVA – UM PRINCÍPIO PARA TODOS OS PLANOS ESTRATÉGICOS

Como apresentamos na introdução, essa seção trata da narrativa da emersão da política dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito na Rede Federal como “janela de oportunidade”, sobre a qual tomamos a iniciativa de propor um método de construção coletiva de “um princípio para todos os Planos” com base empírica de feição pragmática. Nessa narrativa, contextualizamos a participação do Nucleape como grupo operativo de pesquisa que aposta na

⁵ Expressão cunhada por Osmar Fávero no I Colóquio Nacional sobre a Permanência na Educação realizado em 23 e 24 de outubro de 2014, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

construção coletiva dos sentidos da permanência na educação porque, deliberadamente, como restrição metodológica, direciona a investigação para o que há na escola e não ao que lhe que falta.

Justificamos. A escola moderna naturalizou-se não só em função da razão instrumental da certificação (BOURDIEU & PASSERON, 1982), mas também em função da *philia* (RESENDE, 2010) e das relações com o saber (CHARLOT, 2000), elementos fundamentais em um clima escolar. Vale dizer que, segundo Gomes⁶ (2005), em sua abrangente revisão de literatura nacional e internacional, o clima escolar é um dos fatores que mais impactam a aprendizagem.

Anunciar (no sentido de publicitar) o que existe ao invés de denunciar o que falta — o que pode levar à evasão escolar — não diz respeito necessariamente ao ato de evitar conflitos com os “responsáveis”, diretos ou indiretos, em última instância, pelo ato de abandono ou de interrupção escolar. Diz respeito, sim, à necessidade, por parte dos gestores e implementadores da política do Plano Estratégico em questão, de uma espécie de suspensão do foco no discurso da evasão como condição para circunscrever a reflexão no entorno do que “ninguém pensou sobre o que todo mundo vê”, como ensina Schopenhauer (2010, p. 157).

O anúncio (publicitação) “do que há” diz respeito, também, a uma escolha epistemológica de feição pragmática para observar experiências de “conversão do olhar”⁷ sobre os instantes plurais de pertencimentos e aprendizagens que emergem dos acordos, proximidades ou esforços bem sucedidos que engendram um clima de coesão, de “estamos no mesmo barco”⁸ em uma dada sala de aula (MILETO, 2009).

⁶ Candido Alberto Gomes (2205) cunhou a metáfora da “cebola”, em substituição à da “caixa preta”, para representar a escola, diferenciando-a da estrutura organizacional de qualquer outra organização, seja pública ou privada. Em seu artigo “A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola”, Gomes esclarece que a “estrutura da escola e do sistema educacional foi por muito tempo comparada a uma caixa preta, que processava insumos e oferecia resultados à sociedade. Este modelo mais simples parece hoje incapaz de refletir a complexidade do real. Eles estão muito distantes de uma empresa, com estrutura piramidal, onde as ordens passam de escalão a escalão. Ao contrário, os fatos se sucedem diferentemente, de tal modo que uma metáfora útil seria a da cebola. De fato, o sistema educacional está dividido em camadas: primeiro, abrem-se as das diversas redes, depois de órgãos gestores regionais e locais; em seguida, as diferentes escolas e, nestas, as diversas turmas, com os seus variados professores e, por fim, os grupos de alunos, com adesão maior ou menor aos objetivos da escola. Desta forma, orientações e normas não passam com facilidade de uma para outra camada.” (2005, p. 281).

⁷ Aqui se faz alusão à “conversão do olhar” de Bourdieu (1989, p.39).

⁸ “No mesmo barco, dando força um ajuda o outro a não desistir” – Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos, título da dissertação de Luís Fernando Mileto defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense em agosto de 2009.

Dessa forma, neste artigo afirmamos que um “princípio para todos os planos” não precisa estar necessariamente centrado em melhores métodos de ensino-aprendizagem, mas sim em como discentes e docentes fazem, (des)fazem e (re)fazem⁹ os modos de persistir, vivenciar e valorar os êxitos de ensino-aprendizagem, enquanto coabitantes desse espaço privilegiado que é a sala de aula.

No que se refere aos estudantes que se deslocam em direção à escola, especialmente aqueles que têm múltiplas obrigações fora desse espaço, concordamos que

[...] a sala de aula pode ser o único lugar onde os alunos e professores se encontram, onde a educação no sentido formal é experimentada. Para esses alunos, em particular, a sala de aula é a encruzilhada [no sentido de que é onde os caminhos se cruzam] onde o social e o acadêmico (docentes e afins) se encontram. Se o envolvimento escolarizado e social ou integração ocorrerem, estes devem ocorrer na sala de aula [tradução livre de Mariana Monteiro] (TINTO, 1997, p. 600).

Nesse sentido, nada mais simples e óbvio do que pensar a permanência e o êxito como o núcleo central das políticas públicas de educação. Afinal, perguntamos: o que existe de mais fundamental para o sentido existencial de um estabelecimento escolar se não a alegria e a felicidade (bem-estar, epifania) de aprender, sendo aluno ou professor? Como diz um chavão no meio pedagógico: “o sucesso deles é o nosso sucesso”.

Nesse sentido, fica patente que um “princípio para todos os planos”, na mencionada política dos Institutos Federais, deve levar em conta o lugar privilegiado que é a sala de aula, quanto às possibilidades de envolvimento do social com o acadêmico em que estudantes e professores se encontram enquanto “habitantes” nesse espaço. Para Breviglieri & Pattaroni (2006), habitar “consiste em engajar o próprio corpo em um espaço familiar”. Em sua feição pragmática, conforma uma maneira de se envolver pessoal e intimamente com o mundo e não de nele apenas se situar.

As inquietações provocadas pelo excesso discursivo sobre a evasão escolar, no I Colóquio Nacional sobre a Permanência na Educação, em outubro de 2014, na Uerj, possibilitou-nos constituir coletivamente a hipótese-guia do Nucleape, a saber: o objeto permanência na educação conserva diferenças epistemológicas significativas em relação à abordagem que toma a evasão como objeto de pesquisa.

⁹ Resende (2013), cunhou a expressão “fazer, (des)fazer e (re)fazer o comum”, com base em Certeau (1998).

Essa hipótese e a forma como foi constituída é que justificam o “princípio para todos os planos” nesse artigo. Não obstante, o motivo principal para justificar o caráter de construção coletiva que este princípio deve ter — sobre o “como nos mobilizarmos” (CEFAÏ, 2011) para tanto — diz respeito a uma competência para aprender e ensinar que o ser humano (CHARLOT, 2000, p. 51)¹⁰ tem e que lhe traz felicidade e, portanto, facilidade para descobrir movimentos, fluxos e descontinuidades nas configurações sociais¹¹ (ELIAS, 1994) existentes numa escola. Diante dessa facilidade, por vezes nossa intuição vai além; pensamos que faltam conceitos e até palavras concernentes a políticas de proximidade para enxergar e dizer do que está próximo, mas que parece distante aos nossos olhos.

A partir desses pressupostos, concordamos com o sociólogo português David Beirante (2012), de que, no plano da gestão, a cooperação na organização educativa assenta, em grande parte, nos mecanismos do altruísmo recíproco, não sendo possível desenvolver um sistema organizacional educativo abafando a iniciativa e a criatividade, pois se corre o risco de condicionar a inovação e de esterilizar o empenho dos sujeitos organizacionais. Nesse sentido, “o importante será então manter a tensão criadora entre as regulações autônomas, formais e informais, da organização. Deste modo, a organização educativa deve funcionar numa estrutura mais flexível e permeável à participação coletiva dos seus membros” (2012, p. 9).

2.1 A EMERSÃO DA POLÍTICA DOS PLANOS ESTRATÉGICOS: DO MOVIMENTO DA “JANELA DE OPORTUNIDADE” À BUSCA DE PUBLICIZAÇÃO DE UM PROBLEMA PÚBLICO

Nessa seção, explicitamos uma situação empírica no contexto da cobrança do Tribunal de Contas da União (TCU) à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), quanto ao “combate da evasão”¹², cuja resposta culmina na publicação

¹⁰“Nascer é estar submetido à obrigação de aprender:

Kant já escrevia, no fim do século XVIII: “O homem é a única criatura que precisa ser educada (...) Por ser dotado de instinto, um animal, ao nascer, *já é tudo o que pode ser*; uma razão alheia já cuidou de tudo para ele. O homem, porém, deve servir-se de sua própria razão.

¹¹Elias, estuda as relações humanas de forma processual (micro e macro social), entendendo-as como redes de interdependência entre indivíduos, em contínuo processo de constituição e de transformação. Nesse sentido, as configurações sociais não podem ser previamente planejadas porque são construídas e redimensionadas o tempo todo. Elias faz analogia das configurações com uma dança de salão, onde as ações das pessoas ao dançarem são interdependentes naquele local e no momento da dança (1994, p. 249).

¹² Relatório de Auditoria N° TC 026.062/2011-9 TCU- Ata N° 8/2013 — Auditoria Operacional, Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. recomendar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) [...] que: 9.1.1. institua,

da Nota Informativa Nº 138/2015¹³, que institui a elaboração dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes na Rede Federal de Educação. Nesse percurso, o Instituto Federal Fluminense, em cumprimento às instruções da Setec, em 03 de setembro de 2015, publica Portaria Nº 912, que designa a Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).

A narrativa que segue busca dar visibilidade ao processo que culminou na política dos Planos Estratégicos mencionados. Em meados de 2014, o prof. Carlos Márcio, membro do Nucleape e à época pró-reitor de Ensino do IFF, também fazia parte do Grupo de Trabalho criado pela Setec/MEC, em 2013, para responder aos itens do citado Acórdão do TCU. Ao final dos meses de trabalho, ficou claro para ele que o combate à evasão não tinha sentido se não se perguntasse sobre a permanência dos alunos nos IFs e sobre tantos outros aspectos que a abordagem da evasão não esclarecia:

[...] era um plano de ação para fazer um diagnóstico da evasão e da retenção dos IFs e propor alguns modelos que se chamavam de combate à evasão, e essa discussão durou muito tempo, uma discussão complexa, difícil dado o perfil dos IFs que estavam em plena expansão, não tendo, portanto uma série histórica para fazer um diagnóstico mais preciso [...], e as discussões giravam em torno dos indicadores de evasão e retenção [...] e a grande pergunta era sobre a permanência [...] sobre o sentido de um diagnóstico de evasão e retenção, e de como elaborar qualquer tipo de manual, ou qualquer tipo de indicação para combate à evasão e retenção, sem perguntar antes sobre o sentido desse diagnóstico (GravM_23/10/14_1:58:17_ Prof. Carlos Márcio).

Naquele período, no que diz respeito ao item evasão, os produtos “Diagnóstico de evasão e retenção” e o “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, disponibilizados pelo Instituto Federal de Tocantins em seu Sumário Executivo, não foram divulgados amplamente¹⁴, naquele ano. Inferimos, desse procedimento, portanto, que houve nova reconfiguração dos trabalhos para

em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos...”.

¹³ Nota Informativa Nº 138/2015/DPE/DDR/Setec/ MEC, de 09/07/2015. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a necessidade dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes, 2015.

¹⁴O referido documento foi disponibilizado apenas pelo IF Tocantins, no seguinte endereço: http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf

responder ao TCU. No lugar do “Documento orientador para superação da evasão”, foi publicada a Nota Informativa já mencionada. Isto é, constatamos nesta reconfiguração uma guinada radical na escolha do objeto para responder ao TCU: da evasão para a permanência.

Embora o Sumário Executivo da Nota Informativa deixe claro que foi elaborado um diagnóstico da evasão nos cursos da Rede Federal para subsidiar o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão, inferimos que a lista de 110 fatores específicos que aumentam as chances de evasão e de retenção e as 190 ações de intervenção para superação da evasão e retenção, foram deixadas de lado, por enquanto.

Não nos cabe aqui fazer inferências a respeito dos motivos da não divulgação do “Documento orientador para a superação da evasão”. O que efetivamente ocorreu ainda não nos é totalmente conhecido, porém é possível pensar que, em algum momento, o próprio “Documento orientador” foi questionado como uma resposta plausível ao TCU, tendo em vista o impacto surpresa — como um “beco sem saída” por exemplo — ao nos depararmos com uma lista, repetimos, de 190 ações para superar a evasão. (narrativa com base no conteúdo das páginas 34 e 35 de Lemos e Carmo, 2016)

O que de fato podemos dizer dessa narrativa é que não se sabe ao certo em que medida, ou por quais autores, a compreensão da temática da permanência suscitou a construção de uma política educacional que, tomada como um princípio, alterou a lógica de todo um “funcionamento” para olhar a saída de alunos da Rede Federal, deflagrando ações de revisão estruturais e propondo planos operacionais que revertem os sentidos de “combate à evasão”, pois a estes sentidos só lhes restam apontar processos de responsabilização nas estruturas hierárquicas, onde apenas se acomodam dentro de gavetas já abarrotadas.

Entretanto, esse fenômeno não é estranho ao mundo das políticas públicas. Segundo o “modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon” (GOTTEMS; PIRES, 2013, p. 514) acontecimentos semelhantes são denominados “janela de oportunidade”, nome metafórico para o fenômeno de estar na hora certa, no lugar certo, com as pessoas certas, na ação de empreender uma dada política pública.

CONCLUSÃO

Na situação narrada anteriormente é importante destacar que o acaso de uma “janela de oportunidade” de fato ocorreu. Isto é, mesmo que um agente engajado em pesquisas sobre permanência escolar tenha ou não sido quem esteve “na hora certa, no lugar certo, com as pessoas certas”, a partir de então, uma política para permanência e êxito de estudantes foi lançada

para toda a Rede Federal de Ensino como resposta à cobrança do TCU, antes mencionada. E, justo por ter sido uma política causada em uma “oportunidade” é que não se pode esquecer de retomar a questão da extensão da escolaridade obrigatória, assim como a da redução das desigualdades escolares, em nome das políticas de inclusão, perguntando: a questão da permanência é ou não, no Brasil, um problema público?

Esta é uma questão fundamental. E é preciso notar como esta causa é publicizada, como é tratada espaço público. Que narrativas, que conflitos estas narrativas suscitam entre quem defende o alargamento da permanência e quem se opõe a esse alargamento? Que atores e como cooperam entre si para constituir uma causa a favor e/ou contra a permanência dos estudantes na escola? A partir dessas narrativas pode-se refletir sobre questões do bem-estar com o ensinar e o aprender visando ao êxito quer por quem defenda a permanência na escola, quer por quem se oponha a ela.¹⁵

Como é possível observar, o desafio para tornar a permanência um problema público está lançado a partir do anúncio (publicização) como fazer crítico, a partir dos direitos à educação de qualidade, a fim de buscar modos mais seguros para garanti-los (BOBBIO, 2004) nos espaços das instituições federais de educação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRANTE, D. *A cooperação nas organizações educativas em contexto de imprevisibilidade e incerteza*. Dissertação (Mestrado). Évora, Portugal: Universidade de Évora, 2012.

BOBBIO, N.. *A era dos direitos*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGANÇA, G. A. (2008). *A produção do saber nas pesquisas sobre o fracasso escolar (1996-2007)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394. Brasília: Congresso Nacional, 20 dez. 1996.

_____. *Tribunal de Contas da União*. Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013.

¹⁵ Perguntas com base em Resende (2015).

_____. SETEC/MEC. *Nota Informativa* n. 138/2015/DPE/DDR/SETEC/ MEC, de 09 de julho de 2015. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes, 2015.

BREVIGLIERI, M. e PATTARONI, L. Le temps des cohabitations. *Habitat et vie urbaine. Changements dans les modes de vie*. Actes du colloque organisé les. Vol. 14, p. 45–55, 2006.

CARMO, G.T.; CARMO, C.T. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 22, n. 63, 2014.

CEFAÍ, D. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris.. In: *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, RJ:EDUFF, 2011, p. 67 a 102

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 1 – Arte de fazer*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GOMES, C. A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. *Ensaio: aval. pol.públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 281-306, jul./set. 2005

GOTTEMS, L B. D.; PIRES M.R. G. M. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. *Saúde Sociedade*, São Paulo, v.22, Nº2, p.511-520, 2013

LEMOES, S.F.C.; CARMO, G.T. A criação do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação: contextos cronológicos e de implantação institucional. In: CARMO, G. T. (Org.). *Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2016, p. 19-40.

LENSKIJ, T. *Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Faculdade de Educação, programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2006.

MILETO, L. F. M. *No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir – Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos*. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. UFF, Niterói, RJ, 2009.

NORO, M. M. C.; OLIVEIRA, L. T. B. *Acesso e permanência do estudante do PROEJA/ RS: percepções, possibilidades, movimentos e práticas*. Porto Alegre, RS, 2011.

PAIVA, J. Direito à educação: permanecer na escola é um problema público? In: CARMO, G. T. (Org.). *Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2016.

RESENDE, J. M. *A sociedade contra a escola? – a socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

_____. Mensagem por e-mail a Gerson do Carmo. De: josemenator@gmail.com para: gtavares33@yahoo.com.br, em 25 nov. 2015.

_____. Testemunhos analíticos sobre a Inclusão Escolar: a Escola para todos pondo à prova a Sociologia Pragmática sobre a Socialização Política Escolar. In: CARMO, G. T. (Org.). *Sentidos*

da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2016, .pp. 235-260.

SCHOPENHAUER, A. *Sobre a filosofia e seu método*. Org. e Trad.: Flamarion C. Ramos. São Paulo: Hedra, 2010.

TINTO, V. Classrooms as Communities: Exploring the Educational Character of Student Persistence. *Journal of Higher Education*, Ohio State Univesity Press, n. 6, v. 68. p. 599-623, nov-dez. 1997

_____. Student Retention: What Next? In: *National Conference on Student Recruitment, Marketing, and Retention*, Washington, D.C., July 27-3, 2006.

Gerson Tavares do Carmo

Professor associado do Laboratório de Estudos da Educação e da Linguagem (Leel/CCH/Uenf), primeiro doutor titulado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Uenf (PPGSP/Uenf),

Heise Aires Arêas

Mestra em Educação, assessora pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).

Rozana Quintanilha Gomes Souza

Mestra em Cognição e Linguagem, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).